

ENSINO DE HISTÓRIA: REPENSANDO A QUESTÃO AGRÁRIA EM SALA DE AULA¹

Mariana da Sulidade

Orientadora Prof^a Dr^a Monica Piccolo Almeida (UEMA)

Mestranda do Programa de Pós Graduação História Ensino e Narrativa da Universidade Estadual do Maranhão.

Universidade Estadual do Maranhão - <http://www.uema.br/>

Resumo: História e Ensino de História são caminhos que nem sempre se cruzam em sala de aula, a distancia estabelecida entre os conteúdos presentes no livro de história e reflexão e produção do conhecimento histórico faz parte de uma invenção antiga que estabeleceu um fosso entre ensino a pesquisa. Mas uma outra questão se coloca de forma imperativa: o que pensar e refletir em sala de aula sobre o tempo, a humanidade e o espaço, e que relação essa dinâmica estabelece com a construção do conhecimento histórico? O objetivo desse trabalho é refletir, a partir do conceito de consciência história, sobre um ensino de história capaz reconhecer a relevância da Questão Agrária e dos agentes envolvidos que pese a atuação dos movimentos de luta pela terra, na construção política e social do Maranhão e do Brasil no período de 1979-1988.

Palavras-chave: Questão Agrária. Consciência Histórica. Ensino de História

1. Introdução

História e Ensino de História são caminhos que nem sempre se cruzam em sala de aula, a distancia estabelecida entre os conteúdos presentes no livro de história e reflexão e produção do conhecimento histórico faz parte de uma invenção antiga que estabeleceu um fosso entre ensino a pesquisa. Mas uma outra questão se coloca de forma imperativa: o que pensar e refletir em sala de aula sobre o tempo, a humanidade e o espaço, e que relação essa dinâmica estabelece com a construção do conhecimento histórico e suas múltiplas linguagens ?

A operação historiográfica apresentada por Michael Certaeu na obra *A Escrita da História* oferece-nos um espaço para pensar o processo de formalização do conhecimento histórico. Ao pensar a produção do discurso sobre o tempo e como é produzido a história, o autor desmonta a anatomia da operação historiográfica como um cirurgião do tempo, ou melhor da escrita sobre o tempo e dos modos operantes. É bem verdade que a análise filosófica do autor em questão chamou atenção sobre o fazer da prática (operação) historiográfica, *o que dizer? como dizer? onde é fabricado o dizer?* de certa forma essas indagações contribuíram para a reflexão teórica sobre o conhecimento histórico.

2. Ensino de História e Questão Agrária no Maranhão: repensando o conhecimento histórico.

¹ O presente trabalho é constituinte do projeto de pesquisa Questão agrária e ensino de História: uma proposta de material paradidático para ensino de história do Maranhão na Educação Básica a partir da questão agrária e uso da imprensa. Financiado pela Fundação de Auxílio a Pesquisa do Maranhão (FAPEMA), vigência 2016-2018.

O conhecimento e elaboração do mesmo em sala de aula, ora os materiais didáticos e paradidáticos que circulam em sala de aula também são historiografia? Arrisco dizer que uma vez que tal "escritura" dialoga com determinada produção e especificidade de uma linguagem de conhecimento, no caso o conhecimento histórico, é sim, uma produção historiográfica

(...)Mas receptível é apenas a teoria que articula uma prática, a saber, a teoria que por um abre as práticas para o espaço de uma sociedade e, que, por outro lado, organiza os procedimentos próprios de uma disciplina. Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". DE CERTEAU, 2002, p. 66

Compreender a prática escolar em combinação com De Certeau lança luz ao objeto que nos interessa *O ensino de História e a Questão Agrária no Maranhão*, ou seja, traduzir uma historiografia que pontue sua relevância no ensino de história na construção de saber histórico de uma lugar social, ou mesmo na perspectiva de construir uma operação em que consiste o conhecimento histórico em ação

Como Certeau, emprego-o para designar a própria operação em que consiste o conhecimento histórico empreendido em ação. Essa escolha de vocabulário tem uma vantagem importante que não aparece se se reserva esta denominação para a fase escrita da operação, como o sugere a própria composição da palavra: historiografia, ou escrita da história. Para preservar a amplitude do termo historiográfico, não chamo a terceira fase de escrita da história, mas de fase literária ou escriturária, quando se trata do modo de expressão, fase representativa, quando se trata da exposição, do mostrar, da exibição da intenção historiadora considerada na unidade de suas fases, a saber, a representação presente das coisas ausentes do passado. RICOEUR, 2007, p. 148 apud PENA, 2012)

No sentido de contribuir para a construção do conhecimento histórico procuramos desenvolver um ensino de história capaz reconhecer a relevância da Questão Agrária e dos agentes envolvidos que pese a atuação dos movimentos de luta pela terra, na construção política e social do Maranhão e do Brasil tendo em vista as particularidades do estado durante a Ditadura Empresarial-militar e no processo de Redemocratização, a partir dos conflitos emergentes em torno das disputas pela terra na Ditadura Civil Militar nos anos de 1979-1988 no Maranhão.

A década de 1970 é caracteriza pela importância de incentivos fiscais na execução da política agrícola do estado do Maranhão, em harmonia com o movimento da política federal de avanço da fronteira agrícola a partir da valorização da grande propriedade fundiária e na execução de projetos "de interesse do desenvolvimento nacional" por grupos econômicos nacionais e estrangeiros a partir da liberação e regularização deste último em adquirir terras nacionais.²

² Em 1969 o decreto -lei 494 dispõe sobre a aquisição de terras por estrangeiros residentes no país ou pessoa jurídica autorizada a promover o desenvolvimento do país, o decreto é regularizado em 1970. Ou seja, qualquer grupo estrangeiro com interesse de adquirir terras no Brasil teria permissão, uma vez comprovado o alinhamento dos seus interesses econômicos com os projetos de desenvolvimento nacional.

O desafio de um ensino de história voltado para a construção do sujeito histórico, levou este campo à aproximação entre currículo e teoria da História na tentativa de resolver (ou propor) questões do próprio ensino de História na contemporaneidade. (BARROSO, 2010). Evidentemente a relação entre ensino de História e consciência histórica é um caminho imprescindível para se repensar a apropriação de sujeitos na articulação passado- presente-futuro.

A inserção da temática da questão agrária a partir do movimento camponês em sala de aula contribui para a construção do conhecimento histórico representando um campo de disputas sobre o "o que construir como saber histórico escolar?" e "por que construir?" na necessidade (e construção dela) de uma concepção de historiográfica que abarque a sua representação na sala de aula, já que esta também é espaço de uma operação historiográfica uma vez que procura representar no presente um passado.(RICOER, 2007, p.147)

Nessa disputa optamos defender à concepção segundo qual ensino de História não pode se esquivar de ampliar a percepção de variadas experiências históricas das quais a Questão Agrária e suas problemáticas revelam para a compreensão do Maranhão Contemporâneo.

A escola fundamental constitui-se, portanto, num espaço onde todos interesses estão em constantes disputas. Pode-se impor tanto um ensino de História descolado das práticas sociais quanto se pode desenvolver um ensino comprometido com o debate da diversidade das experiências históricas. (FONSECA,1993, p.150)

Desta forma, o conceito de sujeito histórico, por meio do conhecimento histórico, está em movimento através da revisão e disputas sobre o que ensinar. Por meio de Gramsci é possível perceber e garantir a multiplicidade de aspectos explicativos de um espaço e em um tempo e reconstruir referências de percepções de mundo e oportunizar vozes ausentes nas grades explicativas no ensino de história para a criação de uma nova cultura, ou seja, de novas verdades, estas sempre em disputas

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descoberta "originais"; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, „socializá-las" por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato „filosófico" bem mais importante e „original" do que a descoberta, por parte de um „gênio filosófico", de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p. 95-96 Apud BUCZENKO, 2014).

3. Considerações Finais

Levando em consideração as contribuições de uma História Política (o que não é menos importante) optamos por uma interpretação política pautada na luta de classe sobre a atuação do Estado e das relações deste com a sociedade civil nas pautas sobre questão agrária. Conferir uma análise histórica do Maranhão sem falar sobre as problemáticas agrárias é impossível. Compreender o fenômeno político entre terra e poder no estado Maranhão é o ponto nodal para se construir o conhecimento histórico sobre o Maranhão Contemporâneo e se reconstruir enquanto sujeito histórico participante desse processo.

A relacionado dos conceitos de *tempo histórico* e *sujeito histórico* nos permite o conhecimento de um conjunto complexo de vivências humanas ligados à questão agrária do estado através do reconhecimento de diferentes relações com a terra. É compreendendo a realidade histórica do estado que se desperta a noção de pertencimento e de sujeito ativo, noções essas de extrema importância para o saber histórico escolar.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo. MOURÃO, Laís. **A Questão Agrária no Maranhão Contemporâneo**. São Luís, 1976.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo. Cortez, 2004.

BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura n. 5 Rio de Janeiro 1995, p. 5-31. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e Poder. Conflitos e Lutas Sociais no Maranhão Contemporâneo**. São Paulo. Annablume, 2013.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. **Os caminhos da História Ensinada**. Campinas - São Paulo. Papirus, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Vol. 3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Os intelectuais. O princípio Educativo. O Jornalismo**. Vol. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEMOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964** Topoi, n. 5, Rio de Janeiro, 2002.

LINHARES, Maria Yeda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

_____. **História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias**. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1981.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Ensino Fundamental. História** Brasília: MEC, 1998.

PENNA, F. **“Operação Ensino de História”**. IN: Anais do Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo, 2012

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico.**
Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.